

DOI: <https://doi.org/10.13037/ci.vol23n51.8110>

Pós-verdade: linguagem, tecnologia, comportamento social e ética

Post-truth: language, technology, social behavior, and ethics

└ José Roberto Paludo¹ⁱ

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9981-7747>

Kátia Muck²ⁱⁱ

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9702-9026>

Recebido em: 16/09/2021. Aprovado em: 14/12/2021.

Resumo

Este artigo aborda a pós-verdade como fenômeno social. Ele expõe a evolução da linguagem e dos sentidos e discorre sobre as tecnologias de informação e comunicação, e a aceleração da velocidade e alcance das informações. Além disso, aborda a ética sobre quais informações são produzidas assim como as contradições e desafios em relação à pós-verdade. Por fim, ressalta as implicações pedagógicas para esse momento de pós-verdade.

Palavras-chave: Pós-verdade. Comportamento social. Ética.

Abstract

This article addresses post-truth as a social phenomenon. It exposes the evolution of language and senses and discusses information and communication technologies, and the acceleration of the speed and extend of information. Furthermore, it addresses the ethics of what information is produced as well as the contradictions and challenges in relation to the post-truth. Finally, it highlights the pedagogical implications for this post-truth moment.

Keywords: Post-truth. Social behavior. Ethics.

Introdução

Num universo de acesso à quantidade de informação ilimitada e cada vez mais crescente, as habilidades de seleção e avaliação de informação passam a ser questões fundamentais a serem desenvolvidas nos currículos educacionais e no nosso crescimento pessoal a fim de estarmos aptos ao pleno exercício da cidadania. Barzilai e Chinn (2020, p. 107) nos lembram das palavras de Tedros Adhanom, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, ao falar sobre a COVID-19: “Nós não estamos apenas lutando contra uma epidemia; nós estamos lutando contra uma infodemia” e ele continua dizendo que as “*fake news* espalham mais rápido e mais facilmente que o

¹ Centro Universitário Facvest. Lages, Brasil. E-mail: paludoprofessor@gmail.com

² Centro Universitário Facvest. Lages, Brasil. E-mail: katiamuck@gmail.com



vírus, e são tão perigosas quanto” (WHO, 2020 *apud* BARZILAI; CHINN, 2020, p. 107, nossa tradução). Shelton (2020) vai além e afirma que essa pandemia revelou uma mudança mais geral em “direção a uma disposição ‘pós-verdade’ na vida social contemporânea” (SHELTON, 2020, p. 2, nossa tradução).

Na mesma visão deste efeito na contemporaneidade, Vogt (2017) define pós-verdade como sendo um conceito-coringa.

Pós-verdade é mais um conceito-coringa, próprio da contemporaneidade, como pós-modernidade, e outros pós que virão. Diz tudo e diz nada, porque é feito da confusão entre o que se transforma, por conhecer, e a transformação do conhecimento na banalidade de receitas de autoajuda epistemológica. Mas é, ele próprio, derivado, entre outras coisas, da mudança de paradigma científico que se deu ao longo do século XX, com ênfase na substituição de um modelo ontológico de verdade por um modelo probabilístico. (VOGT, 2017, não paginado)

O debate mais amplo sobre o tema surgiu com a publicação do *Oxford Dictionaries* que elegeu *pós-verdade* como a palavra do ano em 2016 (OUP, 2020), despertando para a interpretação do conceito e da compreensão do fenômeno como um possível significado-chave para compreender a contemporaneidade. “O mundo é, de fato, conhecível, mas nosso conhecimento do mundo sempre será parcial e relacional. Estamos imersos em ‘campos do saber’, e nosso engajamento está historicamente situado” (PETERS *et. al.*, 2020, p. 5, nossa tradução).

A discussão sobre pós-verdade trouxe à tona interpretações sobre sua relação com as inovações tecnológicas no campo das informações e da comunicação social como um processo totalizante que intermedia praticamente todas as relações humanas na atualidade. Consequentemente, provoca mudanças em relação ao comportamento social através das linguagens e atitudes, depois, realizam-se nas ações concretas e cotidianas dos indivíduos e, por fim, refletem-se nas suas crenças e valores e, portanto, no campo ético.

A ampliação do paradigma científico, hegemônico no mundo moderno, fundamentado na metafísica e na epistemologia na busca da verdade, em direção a um paradigma mais fluido e probabilístico, baseado na epistemologia da complexidade, do pensamento sistêmico em um mundo multidimensional, além de uma perspectiva integradora entre a ciência e a arte, do agir e do pensar, abriu uma brecha para a analogia (PROCTOR, 2008), e o pensamento antiepistêmico da negação vai ganhando força na cosmovisão de atores sociais para além do campo da ciência e, portanto, ganha caráter ideológico e se espalha na cotidianidade. Porém, seriam esses conceitos *pós* apenas um movimento reativo ao triunfo da razão moderna ou é algo novo que transforma a vida em sociedade? Estamos numa fase de transição da Era das certezas, em que a dúvida, a desconfiança e a contingência fazem parte da busca de uma nova era, ou será esta a nova ordem da ação humana

globalizante? Cabe a nós aprofundarmos a compreensão ensaística para propor saídas ou devemos nos adaptar a uma realidade que se consolida?

Este artigo é uma extensão de uma apresentação sobre o assunto (PALUDO, 2019) que aborda tais questões e está organizado da seguinte forma: primeiramente, trata a pós-verdade como fenômeno social e, brevemente, expõe a evolução da linguagem e dos sentidos para, na sequência, discorrer sobre as tecnologias de informação e comunicação e a aceleração da velocidade e alcance das informações. Por fim, o artigo trata da ética sobre quais informações são produzidas assim como as contradições e desafios em relação à pós-verdade, e apresenta as considerações finais.

A pós-verdade como fenômeno social

Pós-Verdade é um adjetivo definido “relativo a ou denotando circunstâncias nas quais os fatos objetivos têm menos influência na formação da opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais” (ENGLISH OXFORD LIVING DICTIONARIES *apud* GUERRA; BARBOSA, 2017, p. 125). Não se trata de um termo cunhado em 2016, mas seu uso cresceu em 2.000% em relação ao ano anterior, 2015, quando ocorreram alguns acontecimentos que o motivaram: processo eleitoral norte-americano que culminou com a eleição de Donald Trump para Presidente; *Brexit*, no Reino Unido, cuja maioria decidiu pela sua saída da União Europeia; o fracasso do acordo de paz entre as Farc e o governo colombiano; e o *impeachment* da Presidente Dilma Roussef no Brasil.

Registra-se o uso original do termo *pós-verdade* num artigo do dramaturgo Steve Tesich (1992 *apud* GUERRA; BARBOSA, 2017) que abordou o escândalo Irã-Contras nos anos 1980, havendo o envolvimento de funcionários de alto escalão do governo de Ronald Reagan com o tráfico ilegal de armas no conflito entre Irã e Iraque. O autor argumentou que a verdade vinha sendo equiparada com más notícias, de modo que a população preferiu se proteger do desconforto de fatos espinhosos e desagradáveis: “nós, como povo livre, decidimos livremente que queremos viver em uma espécie de mundo pós-verdade” (TESICH, 1992 *apud* GUERRA; BARBOSA, 2017, p. 126). No entanto, segundo Guerra e Barbosa (2017), Tesich percebe que esse comportamento vinha articulado com valores individualistas do lucro como sinônimo de virtude, tolerância com práticas de racismo e com o funcionamento de um poder judiciário que privilegiava os ricos em detrimento dos pobres, além de um sistema de educação focado exclusivamente no atendimento da demanda de força de trabalho, incapaz da formação crítica e cidadã.

A partir de então, abriu-se um debate aprofundando à reflexão como, por exemplo, os efeitos nessa mudança de comportamento cotidiano dos indivíduos, que passam a dissimular os

próprios valores éticos, em escalas e graus de honestidade, criando-se uma espécie de ética alternativa juntamente com a banalização da mentira num processo de erosão do capital social, dos elos de comunidade, potencializados pelo anonimato das redes sociais, terreno fértil para a desonestidade (KEYNES, 2004). Em partes, esse comportamento se justifica diante da overdose de informações e da incapacidade ou falta de condições de interpretação e das incertezas; os indivíduos abandonam o diálogo e o incômodo das indagações necessárias para a busca da verdade e se recolhem no conforto das bolhas criadas pelas redes sociais, interagindo apenas com quem pensa igual, têm as mesmas opiniões e crenças. Dados da Universidade de Columbia e do Instituto Nacional Francês indicam que dentre os usuários do Twitter, 59% compartilham *links* mesmo sem serem clicados (DEWEY, 2016 *apud* DELMAZO; VALENTE, 2018), sem ao menos ter lido, ou seja, baseiam-se simplesmente pelo título sem preocupação se as informações são falsas ou não.

Proctor (2008) propõe o termo *agnotologia* numa alusão direta à epistemologia (que estuda a forma como se constrói o conhecimento). Com o termo, o autor busca entender a forma como se produz a ignorância, dividindo-a em quatro tipos: 1) ignorância como estado nativo ou original (algo vazio em que o conhecimento ainda não penetrou), portanto, positivo e desafiador para compartilhar informações; 2) ignorância como construção passiva em que os indivíduos, na impossibilidade de acompanhar a totalidade, escolhem algum foco de especialidade, abrindo mão de outros conhecimentos; 3) ignorância como construção ativa, que ocorre quando são elaboradas informações estrategicamente intencionadas para manipular a opinião como, por exemplo, a propaganda contrainformativa da indústria do cigarro, dos agrotóxicos, campanhas de vacinação, contestatória aos argumentos de mudança climática e assim por diante; e, por fim, 4) a ignorância como resistência, virtuosa, como no caso do confinamento para um júri ou decidir não fazer algum teste genético para saber se tem propensão a certas doenças, mas também a resistência em receber informações desagradáveis para evitar a renúncia da sua zona de conforto.

Esse contexto de pós-verdade vem sendo aproveitado do campo de vista político, especialmente no terceiro tipo de ignorância, ou seja, aquela construída estrategicamente, num processo que articula conteúdo e forma para se obter a manipulação como resultante. Do ponto de vista do conteúdo, são acionadas as fábricas de *fake news*¹ e na forma de distribuição os chamados *bots* sociais².

¹ *Fake news* são artigos noticiosos que são intencionalmente falsos e aptos a serem verificados como tal, e que podem enganar os leitores” (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017 *apud* DELMAZO; VALENTE, 2018, p. 157)

² “*Bots sociais* são contas controladas por software, gerando conteúdo e estabelecendo interações algorítmicamente” (VAROL *et al.*, 2017, p. não paginada, tradução nossa).

A evolução da linguagem e dos sentidos

Os estudos da linguagem vêm se desenvolvendo desde o século XVII, porém foi a partir da contribuição da obra de Ferdinand de Saussure (1857–1913) que se estruturou um campo científico que trata da interdependência entre a fala, enquanto padrão sonoro, e a língua como constructo social, compondo um sistema complexo e sincrônico. Cassirer (1992) resgata a trajetória da linguagem, partindo do mito enquanto linguagem originária e arcaica das palavras, representadas em signos e sons, considerando a mitologia como “a obscura sombra que a linguagem projeta sobre o pensamento, e que não desaparecerá enquanto a linguagem e o pensamento não se superpuserem completamente: o que nunca será o caso” (CASSIRER, 1992, p. 19). A mitologia proporciona inicialmente a interpretação mágica do mundo, passando pela visão espiritual e religiosa e evoluindo para a construção dos conceitos, ou seja, do pensamento racional.

Assim, também, Bottero (1995) descreve e analisa a evolução da linguagem escrita, que tem origem na descoberta dos cuneiformes há aproximadamente três mil anos na Mesopotâmia, tanto em relação aos símbolos pictográficos e ideográficos, entre os sumérios e semitas e, posteriormente, a evolução dos signos em fonemas para formar o encontro da linguagem oral com a linguagem escrita.

Saussure (1968) destaca a importância dos signos linguísticos, que são arbitrários e submetidos à tradição, em seu papel sócio-histórico como elemento de coesão social, portanto, na medida que interagem mutuamente. A este sistema de signos, Barthes (1970) ressalta o papel da semiótica na interpretação da mitologia atual, no sentido ideológico dos fatos que distorce e naturaliza tais versões no âmbito do senso comum. O autor destaca dois níveis de significação que ocorrem de forma concomitante: um primeiro nível da linguagem objeto, literalmente; e um segundo nível do mito ou da metalinguagem com conotação ideológica e interpretativa, que traduz e explica os fatos.

Eco (1980), também influenciado por esta reflexão, propõe desmistificar a dicotomia entre forma e conteúdo linguístico, pois para o autor ambas funcionam de forma imbricada, cabendo à semiótica estudar “tudo que pode ser usado para mentir” (ECO, 1980, p. 8), propondo para ela uma agenda sobre a teoria da mentira. Desse modo, fica claro nessa sintética abordagem que interessa ao nosso propósito estabelecer essa relação entre os efeitos pós-verdade na construção social da linguagem, da palavra como ação social. Nesse contexto, a tradução mitológica das palavras reveste a interpretação ideológica na construção de argumentos dando sentido pragmático, fácil de entender, aceitar, acreditar e agir no senso comum, contudo, distante dos fatos desagradáveis e

independentes de serem verdadeiros ou falsos, num mundo sem verdades e sem mentiras e, conseqüentemente, sem limites éticos (AMON; IDIART, 2017).

As tecnologias de informação e comunicação e a aceleração da velocidade e alcance das informações

As novas tecnologias de informação e comunicação não podem ser chamadas de terceira revolução industrial no sentido de criar novas fontes de produção material, mas sim de uma revolução tecnológica que modifica a forma de se produzir as coisas e a relação entre as pessoas e delas com o mundo. Todas as tarefas relacionadas com a manipulação, com o arquivamento, com a recuperação e com a disseminação de informações, e todos os tipos de trabalhos que lidam diretamente com dados simbólicos, textuais, numéricos, visuais e auditivos estão se convertendo neste novo paradigma: o digital ou hipermídia.

O mundo real passa a ser mediatizado pelas tecnologias digitais que extrapolaram o meio científico e passaram para o cotidiano, gerando uma overdose de informações fragmentadas e difíceis de serem decodificadas e controladas, que circulam globalmente numa velocidade sem precedentes.

Jandric e McLaren (2020) afirmam que estamos vivendo no que eles chamam de *era pós-digital*, onde nossas vidas não podem mais ser separadas das tecnologias digitais. Os autores apontam os seguintes três elementos da crítica social que vêm recebendo influência significativa das tecnologias digitais:

Toda crítica social consiste em três elementos principais: (a) coisas que sabemos sobre a sociedade, que nos ajudam a desenvolver uma crítica (informações disponíveis), (b) maneiras pelas quais podemos expressar esta crítica (divulgação de informações), e (c) oportunidades disponíveis para um diálogo construtivo entre as críticas (democracia). Esses três elementos sempre foram mediados tecnologicamente, mas a natureza dessa mediação mudou radicalmente nas últimas décadas. (JANDRIC; MCLAREN, 2020, p. 6, nossa tradução)

As novas tecnologias desestruturaram o sistema básico de comunicação que distinguia os papéis sociais do emissor (autor, editor), do receptor e dos meios ou canais de comunicação. Agora, qualquer um pode se autopublicar, transformando o paradigma centralizado (um para muitos) para um paradigma descentralizado e distribuído (BARAN, 1964), que permite a cada indivíduo se tornar sujeito de um processo colaborativo de comunicação, de todos para todos, no qual os próprios equipamentos, computadores e *smartphones* deixam de ser apenas uma ferramenta e se tornam um representante do sistema virtual.

Castelles (2013) afirma que a Internet é também um produto cultural dos tempos atuais, fundada nos valores de liberdade e autonomia, sem burocracia ou hierarquias, que representa um avanço na emancipação individual e coletiva, e que esse progresso tecnológico que permitiu a ampliação e aceleração na circulação das informações também provocou alterações nas relações sociais. Sendo assim, ainda que a tecnologia se caracterize como um meio, um instrumento de mediação social, com o avanço da programação e da inteligência artificial passou a ser também um ator, com um papel social ainda indefinido e fora do controle dos indivíduos e mesmo das instituições.

Wolton (2010) define esse papel ambíguo das tecnologias que por um lado amplia a interação e o número de emissores, mas, por outro lado, não aumenta a comunicação, porque diminui o diálogo, já que comunicação é mais do que informação, pressupõe também a confiança e a tolerância para que aconteça a conexão pacífica entre os pontos divergentes.

No entanto, essa presença da comunicação como ator social também é anterior à Internet, pois a mídia tradicional já cumpria um papel de instituição social na manipulação de informações e na disputa de poder na sociedade. Exemplo disso são os estudos sobre circulação simbólica e os efeitos da mídia sobre a forma de compreender, pensar e agir da sociedade, através do modelo de análise conhecido como *agenda setting*, que analisa o cenário como a mídia seleciona os fatos que considera relevantes omitindo o restante; enfatiza os fatos em escala de importância; enquadra positiva ou negativamente; e faz relação direta entre a ênfase e a percepção do público. O enquadramento é responsável por interpretar a causa e avaliar moralmente os fatos, por isso, analisa-se qual a influência da mídia sobre o que a sociedade pensa e como pensa e, assim, busca persuadir e influenciar na opinião pública.

O controle centralizado desses mecanismos de comunicação e sua capacidade de influência sobre o pensamento, a linguagem e o comportamento social permitiram o seu uso estratégico através da chamada *cultura do escândalo* estudada por Thompson (2002), direcionando a agenda prioritariamente para as informações negativas da vida pública e privada, com objetivos comerciais de aumentar a audiência e, conseqüentemente, seu rendimento publicitário. Enfim, a ética da comunicação foi esquecida e passou a se confundir com a lógica de persuasão do *marketing*, centrada na retórica que privilegia a emocionalidade em detrimento do conteúdo do argumento.

Portanto, pode-se relacionar a ascensão da pós-verdade enquanto fenômeno social com base no substrato de uma comunicação centralizada que aderiu à cultura do escândalo e à retórica persuasiva do *marketing*, que resultaram no ceticismo e no estado de ânimo de incertezas, e que somadas ao progresso tecnológico, empoderaram esse indivíduo cético e o tornam potencialmente

sujeito do processo de produção e circulação de informações com velocidade e alcance sem precedentes.

A ética sobre quais informações são produzidas

A ética é a palavra-chave que permeia o sentido de destaque para o contexto social da pós-verdade, em que “os fatos objetivos têm menos influência na formação da opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais” (GENESINI, 2018, p. 47). Amon (2017) traz presente uma síntese articulada entre diferentes autores utilizados para interpretar a relação entre a ética e a pós-verdade:

A sociedade, tomando como regra que a verdade são as crenças e emoções, não mais os saberes da ciência baseados na evidência, submete à nova proposta de conduta todos particulares irrefletidamente. O pensar, que poderia mostrar o sentido dessa nova mentalidade ou a inexistência da sua significação, parece estar à margem – as pessoas hoje não têm tempo para essa atitude contemplativa que constitui o pensar – e, como uma resultante, o julgar parece estar submerso. Não há como julgar o que é certo e errado, o que é belo ou feio, sem o pensamento. A irreflexão, como mostrou Arendt (1971, 1981) pode ter por consequência a banalização do mal; o pensamento é a condição para a ética (AMON, 2017, p. 44)

Arendt (1971) ainda traçou uma linha distinta entre o saber e o pensar na experiência humana e aponta que o mundo moderno colocou a verdade racional e instrumental do saber científico acima de tudo; porém, o saber intelectual pode ser um obstáculo à razão quando se desvincula do pensamento, capaz de julgar as opiniões e emoções e decidir pelo certo e pelo belo, ou seja, tomar uma atitude ética.

Guerra e Barbosa (2017) remetem essa reflexão aos primórdios da filosofia ocidental, quando Platão, o mais socrático dos filósofos, na defesa da verdade enquanto missão da filosofia, posiciona-se em contrapartida à retórica que se constitui como a técnica de argumentação da política. Com isso, Platão não apenas buscou a separação entre a filosofia e a política como a supremacia da primeira em relação à segunda e delimitando uma determinada cosmovisão que foi resgatada pelo iluminismo e potencializada no projeto de modernidade ocidental. Contudo, os autores ressaltam que essa oposição entre a verdade e a *doxa* (opinião) contradizia a proposta socrática da dúvida como fundamento epistêmico – “só sei que nada sei” – e no exercício da maiêutica como ferramenta para parir a opinião e as emoções na busca da verdade. Nesse sentido, para Sócrates, verdade e *doxa* não estão em contradição.

Assim, percebe-se que a discussão entre o uso da razão e/ou da opinião na legitimação da verdade não é novidade, porém o que ocorre de novo na pós-verdade é a prevalência do *pathos*

(indução emocional do público) como elemento privilegiado para a sedução e o engajamento. Veja-se a definição de *dialética erística* em Schopenhauer (2017):

A dialética erística é a arte de disputar, mais precisamente, de disputar de modo a ter a razão per fas et nefas (por meios lícitos e ilícitos). Com efeito, podemos ter razão objetiva, na coisa em si, mas estar errados aos olhos das pessoas presentes, às vezes até mesmo aos nossos próprios olhos... Portanto, a verdade objetiva de uma proposição e a sua validade na aprovação dos debatedores e ouvintes são duas coisas distintas. (É para esta última que a dialética se volta). (SCHOPENHAUER, 2017, p. 7)

Portanto, parece estar evidente que na emergência de um contexto de pós-verdade há um deslocamento entre a razão e a verdade que se resolve com a exclusão do pensar e do julgamento ético sobre os acontecimentos fáticos.

Contradições e desafios em relação à pós-verdade

A partir da apresentação conceitual, busca-se construir uma narrativa de processo que aponte para as conexões entre os fatores-chave anteriormente apresentados, de forma articulada com outros elementos de contexto e, finalmente, apontar desafios futuros, ainda que de forma especulativa. O que veio antes e que pode ter influenciado a ascensão do fenômeno da pós-verdade?

Como pano de fundo num processo de mais longa duração, pode-se considerar a perda de força do projeto de modernidade ocidental. Inicialmente no campo da epistemologia em relação à teoria da relatividade que abre um campo de possibilidades de verdades probabilísticas resgatando a dialética de Heráclito e questionando a metafísica platônica. Isso se reflete na legitimidade de cosmovisões mais abertas ao contraditório e ao diálogo do que o saber científico distinto e apartado do senso comum, que por um lado aprofunda o desafio de um modelo de pensamento sistêmico e multidimensional, mas por outro lado, abre brechas para a agnologia e o pensamento antiepistêmico.

Um segundo elemento de natureza fática, da perda de credibilidade em relação ao projeto de modernidade ocidental e da crença iluminista do progresso contínuo foi a fusão da ciência e da política em pelo menos dois acontecimentos impactantes globalmente no decorrer do século XX, que foi a detonação da bomba atômica e os campos de concentração de Auschwitz. Ambos colocaram em dúvida a ética da modernidade e da ciência e despertaram um sentimento de incredulidade e desencantamento do mundo.

Um terceiro elemento mais específico pode ser considerado o papel dos meios de comunicação e a opção pela cultura do escândalo, que trouxeram um esgotamento da verdade

publicada e uma atitude de proteger-se no casulo, da zona de conforto independentemente das evidências, ou seja, um abandono da verdade juntamente com o descolamento da ética.

Os meios pelos quais a pós-verdade ganhou destaque, sem dúvida, foi a partir da expansão e uso civil da Internet, com a massificação das tecnologias de informação e comunicação, descentralizando a produção e distribuição, além de ampliar o volume e a velocidade das informações. Essa nova realidade alterou o comportamento e os padrões de convívio social, exacerbando o individualismo em direção ao anonimato, rompendo laços sociais comuns (de comunidade) e empoderando os indivíduos enquanto sujeitos do processo de comunicação³ sem, contudo, criar as condições de pensamento (julgamento ético) de suas ações, tampouco de discernimento da overdose de informações com os quais é bombardeado cotidianamente.

Como resultado desse processo, simultaneamente aos valores de liberdade e autonomia, cresceu o estado de ânimo de incerteza e a sensação de insegurança, fazendo com que os indivíduos se apeguem mais aos valores e comportamentos mais elementares de sobrevivência e legitimem o discurso pragmático baseado na emoção e nas crenças do que na objetividade dos fatos. Um exemplo disso é Donald Trump, que após 993 dias no cargo “fez aproximadamente 13.435 alegações falsas ou enganosas, e cerca de 30% dos americanos acreditaram nessas afirmações” (THE WASHINGTON POST, 2019 *apud* MUIS et. al., 2020, p. 1, nossa tradução).

Esse contexto de pós-verdade está farto de situações nefastas, especialmente no campo sociopolítico, uma vez que havendo um descolamento ético em relação ao processo de legitimação das verdades, ou melhor, um deslocamento da busca da verdade para a busca da razão (por meios lícitos e ilícitos) trouxe oportunidade para setores anteriormente pouco influentes no projeto de modernidade, pela sua fragilidade de conteúdo e incapacidade de convencimento, que agora ganham destaque exatamente por essas características arcaicas e violentas, antagônicas ao projeto de modernidade. Destacam-se três características na aplicação prática do fenômeno da pós-verdade sob a égide especialmente desses sujeitos anteriormente marginais: o uso de *bots* sociais no campo da política; a religião como política e a intolerância (a busca de um inimigo para odiar); e, por fim, a produção em massa de *fake news* como indústria da mentira.

Woolley (2017) relata que, recentemente, atores políticos começaram a utilizar o poder digital dos *bots* sociais com o intuito de manipular a opinião pública, através do aumento artificial de seguidores, gerando falsas impressões de popularidade. Especialistas em segurança acreditam que os *bots* geram mais de 55% do tráfego *online* (ZEIFMAN, 2014). Esses mecanismos foram

³ Contudo, efetivamente o engajamento massivo da população em geral ainda é muito baixo. Araújo (2014) analisa o engajamento político online com base na “Pirâmide de Engajamento” que situa de modo ascendente Observar, Compartilhar, Comentar, Produzir, Administrar. Segue-se normalmente a regra 90-9-1: “90% observa, 9% contribui e apenas 1% cria” (ARAÚJO, 2014, p. 6).

criados para coletar informações cotidianas de usuários da Internet para facilitar as buscas e gerar preferências personalizadas de notícias e de propaganda *online*, sem entrar em diálogo com usuários humanos antes de serem usados para fins políticos.

Fantini (2017) trata do ódio e intolerância religiosa utilizados no campo da política proporcionados pelo contexto de pós-verdade. Nas palavras do autor,

Lacan assinalou que no processo primeiro de identificação (estádio do espelho) uma das resultantes é a agressividade, isto é, Lacan coloca a agressividade como força intrínseca de todo ser humano, não apenas dos “maus”. O processo de identificação passa não somente pela mimetização daqueles que admiramos, mas também pela construção de diferenças em relação ao “outro estranho a mim” (sejam pais, vizinhos ou amigos). Algo que está em jogo aqui e que parece passar despercebido é a força política que o ódio tem como aglutinador de pessoas que estão à espera de alguém que organize seu ódio. Este ódio pode ser resultado, em parte, desse sentimento particular em relação ao “outro estranho”, que, quando somado em milhões de pessoas e capturado por um candidato, pode produzir um tipo de discurso intolerante (FANTINI, 2017, não paginado)

Ao mesmo tempo, a pós-verdade se conecta ao narcisismo na sobrevalorização das questões subjetivas e dos bastidores, reduz a carga emocional dirigida ao espaço público, enquanto aumenta as prioridades na esfera privada, fazendo com que as celebridades tomem o lugar das autoridades. Através de estratégia política baseada na pós-verdade, percebe-se que alguns candidatos, como por exemplo Donald Trump (2015), tenha conseguido inverter essa lógica em seu favor, passando a ser tratados como celebridades, ou seja, ao mesmo tempo em a maioria das pessoas não acredita seriamente no que ele diz, seu lugar de destaque social permanece desejado (como ideal do Eu). Afinal, celebridades não precisam necessariamente ter valores morais socialmente construtivos.

Na medida em que usuários de plataformas de mídias digitais como *Facebook*, *Twitter* e *WhatsApp* replicam notícias e comentários (verdadeiros ou falsos), elas são compartilhadas entre pessoas conhecidas que, conseqüentemente, inspiram confiança e aumentam a legitimidade das histórias. Assim, o sistema de algoritmos cria bolhas que isolam os usuários interagindo somente com pessoas que compartilham opiniões e crenças. Quando algum indivíduo se posiciona dizendo, por exemplo, “sou contra ataques terroristas”, recebe uma enxurrada de mensagens contra muçulmanos, exaltando a xenofobia e o nacionalismo. As ideias políticas se encontram com o narcisismo patológico, ganham caráter religioso, despertam o ódio contra o diferente e se transformam em comportamentos semelhantes ao ocorrido no nazismo, quando ainda não havia essa velocidade e alcance que se dispõe atualmente na era digital.

A produção de informações falsas, especialmente no campo político, também não é nenhuma novidade contemporânea. O que há de novo na produção de *fake news* é a escala e a

velocidade dadas pela distribuição através das mídias digitais, aliadas à condição de anonimato do seu autor. A repetição dessas mensagens tem o potencial de gerar o efeito desejado por Golbbers em seus manuais de propaganda nazistas afirmando que uma mentira repetida inúmeras vezes vira verdade. Portanto, estão dadas as condições para fazer da mentira um instrumento de manipulação da opinião, especialmente quando despertam o sentimento de ódio através de mensagens de intolerância que se identificam com o narcisismo patológico.

Ainda que as *fake news* tenham aparência rudimentar para gerar a emoção de proximidade e legitimidade com o receptor, geralmente são mobilizados serviços profissionais do campo do *marketing* e da psicologia para desenvolver verdadeiras indústrias de notícias falsas focadas para o público-alvo para produzir o efeito desejado e, posteriormente, distribuídas através de *bots* sociais, influenciando os algoritmos até chegarem nas bolhas, persuadindo indivíduos que compartilham dos mesmos valores e crenças e produzindo engajamento.

Um exemplo disso, Barrera *et al.* (2020) conduziram uma pesquisa empírica com 2.480 eleitores franceses para avaliar os efeitos do que eles chamam de *fatos alternativos (fake news)* e dos fatos de fontes oficiais. Os pesquisadores concluíram que os fatos alternativos são imensamente persuasivos. Além disso, apesar de a verificação da veracidade dos fatos melhorar o conhecimento dos eleitores, isso não afeta o seu voto. Ou seja, fatos alternativos são efetivos para influenciar eleitores, mesmo quando estes verificam sua inautenticidade na fonte oficial. Uma possível explicação especulada pelos autores é a falta de confiança dos eleitores na integridade da mídia oficial.

Considerações finais

O debate sobre pós-verdade provoca a necessidade de um pensamento reflexivo um pouco mais amplo do que a conceituação ou a descrição dos mecanismos de funcionamento desse fenômeno. É importante buscar compreender a pós-verdade com base nos elementos que possibilitaram a sua emergência, desde a perda de força da cosmovisão do mundo racional moderno, passando pela ação de instituições como a mídia tradicional em sua aposta na cultura do escândalo e que juntas produziram um substrato para apatia crítica, o ceticismo e uma espécie de niilismo ressentido.

E esse pensamento reflexivo precisa estar presente na educação. Zembylas (2020) discute as implicações pedagógicas para as escolas neste momento de pós-verdade. Segundo o autor, um novo comportamento social exige nova abordagem; portanto, a crítica negativa, até então empregada na pedagogia crítica, vem se mostrando ineficiente. O autor sugere que as escolas

passem a usar a pedagogia pós-crítica, que é fundada na crítica positiva de Foucault. A diferença entre crítica negativa e crítica positiva está no fato de que:

Enquanto a ênfase na negação procura estabelecer por que a crítica poderia levar a uma realidade emancipatória, a ênfase na afirmação se esforça para demonstrar como a complexidade e imprevisibilidade da realidade envolve a imaginação para oferecer novas soluções para necessidades comuns. (REBUGHINI, 2018, p. 5 apud ZEMBYLAS, 2020, p. 4, nossa tradução)

Na leitura de Judith Butler, para Foucault, “crítica requer virtude em vez de julgamento” e “deve ser entendida como uma prática ética” (ZEMBYLAS, 2020, p. 7, nossa tradução). Nas palavras de Zembylas (2020), essa abordagem positiva encoraja professores e alunos a “se engajarem em práticas afirmativas que vão além dos [conceitos] binários de verdadeiro x *fake* e nós x eles que perpetuam oposições e animosidades” (ZEMBYLAS, 2020, p. 12, nossa tradução). Jandric e McLaren (2020) não rejeitam a pedagogia crítica, mas sugerem uma nova abordagem. Os autores afirmam que não devemos parar de ler Paulo Freire, mas devemos rever o conceito de pedagogia crítica nesta era pós-digital, e aceitar as incertezas e complexidades da pedagogia crítica na atualidade.

A articulação simultânea entre os elementos a seguir elencados compõe o círculo vicioso da pós-verdade e um cenário futuro nefasto: o estado de ânimo cético em relação à verdade descolada da ética; a produção de informações falsas em grande escala estrategicamente intencionadas para manipular a opinião; a linguagem que prioriza a emoção e a crença (*pathos*) em detrimento da objetividade e racionalidade (*logos*); e a distribuição rápida e em larga escala com o auxílio de inteligência artificial.

Contudo, alguns autores justificam que se trata de um momento inicial, uma fase de transição para uma ciberutopia em que as informações estarão mais distribuídas do que descentralizadas e, de fato, os indivíduos empoderados se tornarão sujeitos de um diálogo global. Os efeitos disruptivos das tecnologias de informação e comunicação no comportamento social ainda são recentes e não houve tempo de aprendizado e discernimento, tampouco foram dadas as condições para a utilização efetiva dessas ferramentas de mediação da realidade.

Um cenário para essa oportunidade de mediação foi relatado pelo professor de química e ciências da comunicação Mark Lorch no jornal *El País* (2017) e tem como tema a crença na teoria da conspiração. O autor relata que ao compartilhar um metrô com um grupo de amigos eufórico após um jogo de futebol que começaram a colocar em dúvida a viagem do homem à Lua, considerando-a como uma armação. O professor tentou argumentar no sentido contrário, mas foi surpreendido com versões ainda mais criativas que mantinha a posição. Então, refletiu sobre a teoria

da conspiração e os mitos como características inatas de seres humanos inclinados a buscar um lugar seguro para se proteger. Diante da ineficácia da tática, o autor concluiu pela necessidade de mudança de roteiro: primeiro deveria ter se entrosado com o grupo e conquistado a amizade com base nos pontos em comum como o futebol e outros temas do cotidiano, persuadir o grupo e somente depois disso emitir sua opinião que, possivelmente, se revestiria de legitimidade de verdade.

Enfim, trazendo esse episódio como referência, pode-se afirmar que estão colocados grandes desafios no campo da linguagem e da mudança de comportamento no sentido da humanização das tecnologias e na superação da distopia cultural que permeia a pós-verdade. Entretanto, esse aprendizado não ocorrerá repetindo-se as velhas táticas de convencimento. Ou seja, um possível ciclo virtuoso do convencimento deve igualmente iniciar pela persuasão, passando pela maiêutica socrática da indagação para observar a *doxa* e estabelecer o diálogo na busca de verdades compartilhadas horizontalmente, e não impostas verticalmente.

Referências

AMON, D.; IDIART, S. A. Linguagem: uma abordagem histórica e conceitual para a compreensão e crítica à pós-verdade. *In: GUARESCHI; AMON; GUERRA. Psicologia, Comunicação e Pós-Verdade*. Florianópolis: Abrasp, 2017. p. 53-81.

AMON, D. O contexto socioantropológico da pós-verdade. *In: GUARESCHI; AMON; GUERRA. Psicologia, Comunicação e Pós-Verdade*. Florianópolis: Abrasp, 2017. p. 45-52.

ARENDT, H. Thinking and Moral Considerations: A Lecture. *Social Research*, v. 38. Autumn, 1971.

BARAN, P. **On Distributed Communications: introduction to distributed communications networks**. California: The Rand Corporation, 1964.

BARRERA, O. et. Al. Facts, alternative facts, and fact checking in times of post-truth politics. *Journal of Public Economics*, v. 182, p. 1-19, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2019.104123>

BARTHES, R. A atividade estruturalista. *In: BARTHES, R. Crítica e verdade*. Trad. Geraldo Gerson de Souza, São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

BARZILAI, S.; CHINN, C. A. A review of educational responses to the “post-truth” condition: Four lenses on “post-truth” problems. *Educational Psychologist*. v. 55, n. 3, p. 107–119, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/00461520.2020.1786388>

BOTTÉRO, J. A escrita e a Formação da Inteligência na Mesopotâmia Antiga. *In: BOTTÉRO, J.; MORRISON, K. (Org.) Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo: Ática, 1995, p. 9-46.

CASSIRER, E. **Linguagem e mito**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

CASTELLES, M. **A mudança está na cabeça das pessoas**. Revista *Época*, 11 out. 2013.

DELMAZO, C; VALENTE, J. C. L. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, v. 18, n. 1, 2018. Coimbra University Press. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-5462_32_11

ECO, U. **Tratado geral de semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

FANTINI, J. A. Política como religião: ciberdemocracia e intolerância nas novas mídias. **Rev. ComCiência**, Dossiê 186 Unicamp, Março, 2017. Disponível em: <https://www.comciencia.br/pos-verdade-e-pos-falsidade/#more-940>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GENESINI, S. A pós-verdade é uma notícia falsa. **Revista USP**. São Paulo, n. 116, p. 45-58, janeiro/fevereiro/março, 2018.

GUERRA, A.; BARBOSA, C. Crítica e Pós-Verdade. *In*: GUARESCHI; AMON; GUERRA. **Psicologia, Comunicação e Pós-Verdade**. Florianópolis: Abrasp, 2017. p. 101-160.

JANDRIC, P.; MCLAREN, P. Critical intellectuals in postdigital times. **Policy Futures in Education**. p. 1-14. Outubro, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1478210320964372>

KEYES, R. **The Post-Truth Era: Dishonesty and Deception in Contemporary Life**. New York: St. Martin Press, 2004.

MARK, L. Por que as pessoas acreditam nas teorias da conspiração, e como conseguir que mudem de opinião. Os fatos e os argumentos racionais não são muito eficazes na hora de alterar as crenças. **Jornal El País**, 26 ago. 2017. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/23/ciencia/1503498083_674014.html. Acesso em: nov. 2019.

MUIS, K. et. al. The catcher in the lie: The role of emotions and epistemic judgments in changing students' misconceptions and attitudes in a post-truth era. **Contemporary Educational Psychology**. v. 62, p. 1-16. Julho, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cedpsych.2020.101898>

OUP, 2020. **Word of the Year 2016**. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

PALUDO, J.R. **Pós-verdade: Linguagem, tecnologia e ética**. Publicação de Resumo. https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/84a76-anais_2019.pdf. Acesso em: 13 abr. 2021.

PETERS, M. et. al. A viral theory of post-truth. **Educational Philosophy and Theory**. p. 1-9. Abril, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00131857.2020.1750090>

PROCTOR, R. Agnotology: a missing term to describe the cultural production of ignorance. *In*: PROCTOR; SCHEIBINGER. **Agnotology: The Making and Unmaking of Ignorance**. California: Stanford University Press, 2008.

SAUSSURE, F. **Cours de linguistique générale**. Edição crítica de Rudolf. Engler, vol.1. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1968

SCHOPENHAEUER, A. **A arte de ter razão: 38 estratégias**. Petrópolis, Vozes, 2017.

SHELTON, T. A post-truth pandemic? **Big Data & Society**. p. 1–6. Julho-Dezembro, 2020. DOI: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2053951720965612>

THOPSON, J. B. **O Escândalo Político: poder e visibilidade da era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAROL, O et. al. Online Human-Bot Interactions: Detection, Estimation, and Characterization. **Computer Science > Social and Information Networks**. Março/2017. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1703.03107>. Acesso em: 27 jan. 2021.

VOGT, C. A. Pós Verdade e Pós Falsidade. **Rev. ComCiência**, Dossiê 186 Unicamp, Março, 2017. Disponível em: <https://www.comciencia.br/pos-verdade-e-pos-falsidade/#more-940>. Acesso em: 12 jun. 2020.

WOLLEY, S. O poder de automação: interferência de bots sociais na política global. **Rev. ComCiência**, Dossiê 186 Unicamp, Março, 2017. Disponível em: <https://www.comciencia.br/pos-verdade-e-pos-falsidade/#more-940>. Acesso em: 27 jan. 2021.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

ZEMBYLAS, M. Affirmative critique as a practice of responding to the impasse between post-truth and negative critique: pedagogical implications for schools. **Critical Studies in Education**. p. 1-16. Fevereiro, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/17508487.2020.1723666>

ⁱ Doutor e Mestre em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Máster em Ciência Política Aplicada pela FIIAPP (Madrid/Espanha, 2007) e graduado em História pela UNIJUI (1997). Professor colaborador do Mestrado Profissional de Práticas Transculturais na Unifacvest (Lages/SC); professor visitante de Pós-Graduação (Celer Faculdades; Cesurg em Sarandi (RS); Fasa em Santo Angelo (RS)); Foi professor de graduação no curso de Administração da UNIVALI (campus São José/SC), graduação no curso de filosofia UNISUL Virtual (Palhoça - SC) e professor de história no ensino médio na rede pública estadual (SED-SC). Textos publicados em revistas científicas e capítulo de livros. Produção de conteúdo para ensino à distância nível e graduação Unifacvest e Ânima e nível de pós-graduação para Instituto Invicto. Membro do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo e foi membro do corpo Editorial da Revista Em Tese (UFSC) e parecerista de Revista de Administração Pública e Gestão Social – APGS. Tem experiência em mediação de planejamento estratégico consultoria em gestão de recursos humanos no setor público e privado, desenvolvimento regional e articulador do evento Educar Transforma.

ⁱⁱ Doutora em Inglês - Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Inglês da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com período sanduíche na University of Illinois at Urbana-Champaign (Estados Unidos). Mestre em Língua Inglesa - Linguística Aplicada pela UFSC, e Licenciada e Bacharel em Letras - Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa pela mesma instituição universitária. Atua no Mestrado Profissional em Práticas Transculturais no Centro Universitário FACVEST. É líder do Grupo de Pesquisa Novas Tecnologias no Processo Ensino/Aprendizagem - NOTEN, e integrante dos seguintes Grupos de Pesquisa: Informação, Tecnologia e Sociedade, na linha de pesquisa de Gestão da Informação, Qualidade e Tecnologia; e Linguagem e Direito, na linha de pesquisa de Linguística Forense. Áreas de interesses em pesquisa: revisão por pares, educação a distância, e-learning, análise de big data, aprendizagem no trabalho, formação de professores, avaliação de curso, análise do discurso e linguística forense.